



2° Simulado

Delegado PC PR

Simulado PC-PR

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Delegado da PC-PR;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Delegado-PC-PR-25-09>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

DIREITO ADMINISTRATIVO

Claudio Tusco

01. A administração indireta inclui as sociedades de economia mista, cujos agentes são:

- a) empregados públicos regidos pela CLT e sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público e à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
- b) empregados públicos regidos pela CLT que não se submetem às normas constitucionais relativas a concurso público nem à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
- c) empregados públicos regidos pela CLT e sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público, mas não à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
- d) servidores públicos estatutários sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público e à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
- e) servidores públicos estatutários sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público, mas não à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

02. Acerca do controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

I. Em nenhuma hipótese é possível a revogação, pelo Poder Judiciário, de atos praticados pelo Poder Executivo.

II. A reclamação para anulação de ato administrativo em desconformidade com súmula vinculante é uma modalidade de controle externo da atividade administrativa.

III. Nenhuma lei pode criar uma modalidade inovadora de controle externo não prevista constitucionalmente.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

03. Quanto à responsabilidade civil por danos causados por seus agentes a terceiros, uma entidade da administração indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado e exploradora de atividade econômica estará sujeita:

- a) ao regime da responsabilidade civil objetiva do Estado.
- b) ao regime jurídico da responsabilidade civil privada.
- c) à teoria do risco administrativo.
- d) à teoria da falta do serviço.
- e) à teoria do risco integral.

04. A respeito dos tipos e formas de controle, assinale a opção correta:

- a) A revisão dos contratos assinados realizada por setor específico da secretaria de administração de determinada assembleia legislativa estadual é exemplo de controle parlamentar.
- b) O objeto dos gastos decorrentes da aquisição de computadores e suprimentos de informática por gestor de vara judicial não se submete a controle administrativo, mas a controle jurisdicional.
- c) O questionamento em juízo acerca da legalidade de convênio para construção de quadra esportiva, celebrado por determinado município, é exemplo de controle legislativo.
- d) A análise da prestação de contas públicas, quando realizada por representantes da sociedade na assembleia legislativa e com apoio do tribunal de contas, é exemplo de controle social.
- e) O momento da contratação, por gestor público, de empresa licitada para o fornecimento de café e açúcar para órgão público, em regra, não se submete a controle judicial.

05. Caso a administração pública entenda que determinado ato administrativo, ainda que em consonância com todas as prescrições legais, não atende adequadamente ao interesse público de fato, caberá ao órgão ou à autoridade pública competente extinguir esse ato por:

- a) decadência.
- b) invalidação.
- c) anulação.
- d) cassação.
- e) revogação.

06. O governador de determinado estado da Federação editou decreto normatizando o cumprimento de lei que dispõe sobre a forma de punição de servidores públicos que cometerem infrações funcionais. Nessa situação hipotética, a edição do referido decreto que concedeu fiel execução da lei caracteriza o exercício do poder administrativo:

- a) discricionário
- b) de polícia
- c) regulamentar
- d) hierárquico
- e) disciplinar

07. No contexto da apreciação e do controle dos atos de concessão de aposentadoria de servidores públicos, a posição majoritária do Supremo Tribunal Federal (STF) é a de que a concessão de aposentadoria é um ato:

- a) jurídico perfeito praticado unicamente pelo tribunal de contas no ato de registro, sendo de natureza meramente preparatória a manifestação prévia do poder público;
- b) administrativo simples praticado unicamente pelo poder público e somente produz efeitos financeiros a partir do seu registro no tribunal de contas;
- c) instantâneo, de efeitos permanentes, e não depende do seu registro no órgão de controle para se aperfeiçoar;
- d) composto e só se aperfeiçoa com a sua publicação na imprensa oficial;
- e) complexo e só se aperfeiçoa com o registro do ato no tribunal de contas.

08. À luz da legislação aplicável e do entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito das regras de processo administrativo e de processo administrativo disciplinar (PAD).

- a) O desligamento de servidor temporário afasta a imposição de PAD decorrente de ato por ele cometido no exercício do cargo.
- b) A instauração de PAD derivado de falta disciplinar praticada por servidor efetivo cedido é de competência exclusiva do órgão público de origem a que estiver vinculado o servidor.
- c) A decadência administrativa se aplica mesmo na hipótese de o ato a ser anulado afrontar diretamente a CF.
- d) No caso de a matéria do processo administrativo envolver assunto de interesse geral e ser aberta consulta pública para manifestação de terceiros, o comparecimento à consulta conferirá a condição de interessado do processo.
- e) Em processo administrativo, havendo a exigência de apresentação, por órgão consultivo, de parecer obrigatório e vinculante, o processo não terá seguimento até a apresentação do respectivo parecer.

09. A respeito da responsabilidade civil extracontratual do Estado, assinale a opção correta à luz do entendimento da doutrina e dos tribunais superiores:

- a) Conforme entendimento do STF, a responsabilidade civil do Estado por atos de notários e oficiais de registro que, nessa qualidade, causarem danos a terceiros é direta, primária e objetiva.
- b) De acordo com o entendimento doutrinário predominante, o direito brasileiro acolheu a teoria da irresponsabilidade do Estado.
- c) A culpa concorrente da vítima, o fato de terceiro e a força maior são causas excludentes do nexo de causalidade.
- d) Não há responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de atos normativos, mesmo quando se tratar de leis de efeitos concretos.
- e) Segundo entendimento do STJ, a imprescritibilidade da pretensão de recebimento de indenização decorrente de atos de tortura ocorridos durante o regime militar de exceção não alcança as ações por danos materiais.

10. A respeito do controle da administração pública, assinale a opção correta.

- a) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão sistemas de controle, de forma independente, com a finalidade de avaliar a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) O sistema de controle deve ser mantido pelos três poderes de forma integrada, tendo como um dos seus principais objetivos elaborar e executar a programação financeira da União.
- c) Ao Tribunal de Contas da União (TCU) cabe apreciar a legalidade não só das nomeações para os cargos de provimento em comissão, mas também das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.
- d) A competência do Congresso Nacional para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa é uma hipótese de controle de legalidade.
- e) Os tribunais de contas atuam de forma independente, exercendo o controle externo e o produto dessa ação destina-se a auxiliar o Poder Legislativo em sua incumbência constitucional.

11. Após fiscalização da execução de contrato de concessão de serviço público, a administração pública constatou que o serviço estava sendo prestado de forma inadequada. Ato contínuo, a administração extinguiu o contrato, por meio de portaria do poder cedente, sob o fundamento de caducidade. Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que o ato administrativo que declarou a caducidade encontra-se eivado de vício quanto:

- a) ao objeto.
- b) à forma.
- c) ao motivo.
- d) à finalidade.
- e) à competência.

12. No âmbito da atuação pública, faz-se necessário que a administração pública mantenha os atos administrativos, ainda que estes sejam qualificados como antijurídicos, quando verificada a expectativa legítima, por parte do administrado, de estabilização dos efeitos decorrentes da conduta administrativa. A interrupção dessa expectativa violará o princípio da:

- a) legalidade;
- b) confiança;
- c) finalidade;
- d) continuidade;
- e) presunção de legitimidade.

13. Determinado município pretende formalizar parceria com uma organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recurso financeiro. Nessa situação, o instrumento a ser firmado entre as partes deverá ser o:

- a) contrato de gestão;
- b) termo de parceria;
- c) termo de colaboração;
- d) acordo de cooperação;
- e) chamamento público.

14. Na hipótese de um ente federado pretender instituir uma fundação pública de direito público, a criação dessa entidade deverá ser formalizada por meio de:

- a) lei ordinária, cabendo a decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação;
- b) lei complementar, cabendo a lei ordinária definir as áreas de sua atuação;
- c) autorização em lei ordinária específica, cabendo a decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação;
- d) autorização em lei ordinária específica, cabendo a lei complementar definir as áreas de sua atuação;
- e) autorização em lei complementar específica, cabendo a lei ordinária definir as áreas de sua atuação.

15. Constitui violação aos princípios constitucionais da administração pública:

- a) nomeação de cônjuge de prefeito para o cargo de secretário estadual, mesmo que o nomeado possua inegável qualificação técnico-profissional e idoneidade moral;
- b) limitação de idade, por ato administrativo, para fins de inscrição em concurso público, ainda que tal medida esteja fundamentada na natureza das atribuições do cargo a ser preenchido;
- c) publicação, em sítio eletrônico mantido pela administração pública, de nomes de servidores e dos valores dos respectivos vencimentos e vantagens pecuniárias;
- d) atribuição de nome de governador já falecido, reconhecido pela defesa dos direitos humanos, a escola pública de rede estadual de educação;
- e) anulação, pela administração pública, de ato administrativo ilegal, independentemente de prazo e da existência de direito adquirido.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

16. A respeito da competência para legislar sobre organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis, aponte a alternativa correta.

- a) A competência é privativa da União.
- b) Os estados poderão legislar sobre partes específicas dos juizados especiais se a União delegar a competência, por meio de lei complementar.
- c) A competência é concorrente da União, cabendo à União legislar sobre as normas gerais.
- d) A superveniência de lei federal sobre a matéria revoga a lei estadual no ponto contrário.
- e) A competência é privativa dos estados.

17. O Presidente da República, tendo ouvido o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, decretou a intervenção federal no estado Alfa. No decreto, fixou o prazo de 180 dias, nomeou João da Silva, general do Exército, como interventor e definiu que a intervenção só se daria no âmbito do Executivo, na área de segurança pública. Logo após, encaminhou o decreto para apreciação do Congresso Nacional. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) O Presidente da República não poderia ter decretado a intervenção federal sem a autorização do Congresso Nacional.
- b) A Constituição Federal, ao exigir a nomeação de interventor, proibiu que a função fosse exercida por militar, uma vez que o regime democrático não admite intervenção militar na autonomia dos entes federativos.
- c) O prazo limite para a duração da intervenção federal é de 30 dias, prorrogável uma vez, por igual período.
- d) A Constituição Federal exige que o decreto especifique a amplitude, o prazo e as condições de execução da intervenção federal. No caso narrado, o Presidente deixou de listar as condições de execução, tendo atendido as duas primeiras exigências.
- e) Comprometimento da ordem pública não é razão suficiente para decretar a intervenção federal, dada a subjetividade da análise.

18. João e sua família são proprietários de três pequenos imóveis rurais, contíguos, cuja extensão somada não ultrapassa quatro módulos fiscais. O grupo familiar reside em uma das propriedades e utiliza a área completa dos imóveis para o cultivo de hortaliças, atividade que assegura a subsistência de toda a família. João comprou insumos agrícolas da Distribuidora de Produtos Agrícolas XX e hipotecou, livre e conscientemente, uma de suas propriedades. Em decorrência de desequilíbrio econômico, João não conseguiu saldar a sua dívida. A respeito da situação descrita, aponte a alternativa correta, de acordo com o texto da Constituição Federal e segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria.

a) O imóvel de João é considerado pequena propriedade imóvel rural e não pode ser objeto de penhora para pagamento de débito decorrente de sua atividade produtiva.

b) O bem hipotecado é penhorável, uma vez que não constitui o único imóvel de João, o que afasta a proteção constitucional da pequena propriedade rural.

c) O bem hipotecado é penhorável, porque foi dado livremente por João em garantia da dívida, o que afasta a proteção constitucional da pequena propriedade rural.

d) Apenas o bem em João e sua família residem é impenhorável.

e) Duas das três propriedades de João são penhoráveis.

19. O Governador de Santa Catarina ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental contra Súmula do Tribunal Superior do Trabalho que assegura ao trabalhador o recebimento de férias em dobro em caso de atraso no pagamento. Segundo o chefe do Executivo estadual, o enunciado da Súmula, de modo geral e abstrato, cria direito não previsto em lei, o que onera os cofres públicos. A respeito da situação narrada, aponte a assertiva correta, conforme redação da Lei 9882/1999 e de acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

a) A Súmula do Tribunal Superior do Trabalho não poderia ser objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, por não configurar ato do Poder Público, e sim mera sintetização do entendimento do Tribunal.

b) Assim como o Governador de Santa Catarina, qualquer pessoa interessada poderia, por meio da ADPF, questionar a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho ao Supremo Tribunal Federal.

c) Como não há outro meio capaz de combater o enunciado da Súmula que anuncia preceito impositivo no âmbito da Justiça do Trabalho, atendido o pressuposto da subsidiariedade, cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

d) Conquanto caiba arguição de descumprimento de preceito fundamental para atacar enunciado de Súmula, não se verifica, na situação, nenhuma violação a preceito fundamental, uma vez que a própria constituição assegura o pagamento de férias em dobro ao trabalhador na hipótese de atraso.

e) Diferente do que se aplica à ação direta de inconstitucionalidade, não se admite medida cautelar em arguição de descumprimento de preceito fundamental.

20. A respeito do processo legislativo constitucional, aponte a única alternativa compatível com a Constituição Federal e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

a) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a direito civil, direito penal, direito processual civil, direito processual penal e direito eleitoral.

b) A Constituição estadual não pode separar matéria para ser disciplinada por lei complementar.

c) O Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, poderá autorizar o Presidente da República a elaborar leis delegadas, obedecidas as limitações constitucionais.

d) Matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo por solicitação da maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.

e) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, uma vez aprovada a PEC pelo Legislativo, o Presidente da República terá quinze dias úteis para se manifestar, sancionando ou vetando a proposição.

21. Acerca do Poder Judiciário, aponte a alternativa correta.

- a) A regra do quinto constitucional é aplicada na composição dos Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça, Tribunais do Trabalho e Superior Tribunal de Justiça.
- b) No âmbito estadual, o Presidente do Tribunal de Justiça, com a aprovação do Tribunal, encaminha a proposta orçamentária, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias, ao Poder Executivo. Caso a proposta não seja enviada no prazo legal, o Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente.
- c) Os Estados que quiserem, mediante proposta do Tribunal de Justiça, por meio de lei, poderão criar a Justiça Militar estadual, constituída em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, por Tribunal de Justiça Militar.
- d) Ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, compete aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público estadual e do Distrito Federal e Territórios, nos crimes comuns e de responsabilidade.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o crime político.

22. A respeito do Poder Executivo, aponte a assertiva que contém competência do Presidente da República delegável ao Advogado-Geral da União.

- a) vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- b) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- c) decretar e executar a intervenção federal.
- d) nomear membros do Conselho da República.
- e) conferir títulos e condecorações.

23. Após uma longa tempestade, a população de três municípios do estado Alfa foi afetada por inundações que provocaram queda de energia, falta de água potável e escassez de alimento. Muitas pessoas foram colocadas em abrigos públicos e tiveram que deixar as suas casas. Essa situação afetou a ordem pública e a

paz social na região em que estão situados os municípios, porque a população, amedrontada, começou a saquear lojas, mercados e residências. Diante da situação, para restabelecer a ordem pública e a paz social, poderá o Presidente da República

- a) decretar o estado de sítio, após autorização do Congresso Nacional, por maioria relativa de seus membros, pelo prazo improrrogável de 30 dias.
- b) decretar a intervenção federal nos três municípios, afastando de cada lugar o Prefeito e nomeando interventor.
- c) decretar o estado de defesa, depois de ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, e submeter o ato ao Congresso Nacional, no prazo de 24 horas, para que por decisão da maioria absoluta de seus membros, no prazo de 10 dias, aprove ou não o ato.
- d) decretar o estado de defesa, após consultar o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, desde que autorizado pelo Congresso Nacional.
- e) decretar o estado de sítio, após autorização do Congresso Nacional, por maioria absoluta, em votação secreta.

24. Lei de determinado estado da federação dispôs sobre a aceitação, no estado, de diplomas expedidos por Universidades estrangeiras. A respeito do tema, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o texto da Constituição Federal, aponte a alternativa correta.

- a) A lei estadual é formalmente inconstitucional, por invasão da competência privativa da União para fixar as diretrizes e bases da educação nacional.
- b) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre educação e ensino é concorrente.
- c) O estado Alfa só poderia exercer a competência suplementar sobre a matéria.
- d) A lei estadual é constitucional, mas a superveniência de lei federal sobre a matéria suspenderá a eficácia da lei estadual no ponto contrário.
- e) A lei estadual é constitucional, porque compete aos estados legislar sobre assunto de interesse regional.

25. Tramita no Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição (PEC) que, a pretexto de promover o reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, viola claramente garantia individual prevista na Lei Maior. A respeito do fato narrado, para combater a deliberação da PEC, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se

- a) ação direta de inconstitucionalidade.
- b) arguição de descumprimento de preceito fundamental
- c) ação civil pública.
- d) mandado de segurança, impetrado por parlamentar da Casa em que tramita a proposta.
- e) mandado de injunção, impetrado por qualquer prejudicado pelo descumprimento da norma constitucional.

26. Com relação à disciplina constitucional das comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue os itens abaixo e em seguida aponte a alternativa correta.

I. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo da Constituição estadual que condiciona a criação de CPI à aprovação do requerimento pelo Plenário da Assembleia Legislativa.

II. Cada CPI deve investigar um único fato, uma vez que, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, se o fato objeto da investigação for genérico, haverá inconstitucionalidade.

III. Magistrados não podem ser convocados a prestarem depoimento perante Comissão Parlamentar de Inquérito.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas II e III estão incorretas.
- d) Estão incorretas apenas as assertivas I e II.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

27. A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

a) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

c) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

d) Compete privativamente ao Presidente da República exercer, com o auxílio do Senado Federal, a direção superior da administração federal

e) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

28. A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:

a) Os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.

b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal compete julgar o Chefe do Executivo da União por crime comum. Nos dois casos, primeiro é necessário que a Câmara admitida a acusação, por dois terços de seus membros.

c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.

d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.

e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

29. A respeito da organização político-administrativa do Estado, aponte a alternativa correta.

a) A Constituição Federal proíbe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios mantenham com cultos religiosos ou igrejas qualquer tipo de aliança, uma vez que o Estado é laico.

b) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a lei estadual que disponha sobre porte de arma de fogo, por invadir matéria da competência da União.

c) As competências da União e dos estados estão expressas na Constituição Federal, mas as competências municipais são, em regra, residuais.

d) Compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de gás canalizado.

e) É competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro, direito econômico, direito urbanístico e direito agrário.

30. A respeito do Poder Executivo, aponte a alternativa em que o Presidente da República atua como Chefe de Estado.

a) nomear e exonerar os Ministros de Estado.

b) vetar projetos de lei, total ou parcialmente.

c) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

d) decretar e executar a intervenção federal.

e) editar medidas provisórias com força de lei.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

31. A respeito da aplicação da pena criminal, considere as seguintes afirmativas e assinale a correta:

a) uma condenação transitada em julgado de fato posterior ao narrado na denúncia, embora não sirva para fins de reincidência, pode servir para valorar negativamente a personalidade e a conduta social do agente.

b) folha de antecedentes criminais não é documento hábil e suficiente à comprovação da existência de maus antecedentes e reincidência, sendo, pois, necessária a apresentação de certidão cartorária.

c) maus antecedentes são circunstâncias que agravam a pena, analisadas pelo juiz na 2ª fase da dosimetria da pena.

d) é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

e) A reincidência penal pode ser utilizada simultaneamente como circunstância agravante e como circunstância judicial.

32. Analise as assertivas abaixo e assinale a correta:

- a) De acordo com a jurisprudência consolidada do STF e do STJ, não pratica o crime de falsa identidade o agente que, no momento da prisão em flagrante, atribuir para si falsa identidade, visto que essa é uma situação de autodefesa;
- b) O silêncio do réu referente aos fatos pelos quais está sendo acusado, no interrogatório, deve ser interpretado pelo magistrado como confissão ficta;
- c) no interrogatório, o réu pode se recusar a responder perguntas referentes à sua qualificação, pois essa atitude encontra-se fundamentada no princípio da ampla defesa;
- d) A conduta de atribuir-se falsa identidade diante de autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa.
- e) O princípio constitucional da autodefesa alcança aquele que atribui falsa identidade perante autoridade policial com o intento de ocultar maus antecedentes, sendo, portanto, atípica a conduta praticada pelo agente.

33. Analise as assertivas abaixo e assinale a que está de acordo com o Código Penal, legislações extravagantes e Doutrina, em relação à prática de lesão corporal cometida contra agente integrante de órgão da segurança pública:

- a) se a lesão for praticada contra agente integrante de órgão da segurança pública, a pena é aumentada de 1/3 a 2/3, independente do crime estar relacionado com a função pública desempenhada.
- b) se a lesão for praticada contra agente integrante de órgão da segurança pública, a pena é aumentada de 1/3, podendo ser aplicada às lesões corporais dolosas e culposas.
- c) lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte, quando praticadas contra agente integrante de órgão da segurança pública, são crimes hediondos.
- d) a causa de aumento aplica-se para a Lesão corporal grave, Lesão corporal gravíssima e Lesão corporal seguida de morte; não se aplicando no caso de Lesão corporal leve.
- e) a causa de aumento aplica-se somente para a Lesão corporal grave e Lesão corporal gravíssima.

34. Analise as assertivas abaixo e assinale a que está de acordo com o Código Penal, legislações extravagantes e Doutrina:

- a) teoria do domínio do fato aplica-se aos crimes culposos e dolosos.
- b) a Teoria Subjetiva/Unitária não distingue autor de partícipe, mas permite a aplicação de graus diversos de autoria. Todos que concorrem para o delito são autores.
- c) O superior hierárquico não pode ser punido com base na teoria do domínio do fato se não tiver sido demonstrado o dolo.
- d) para a Teoria Objetiva/Dualista não há distinção entre autor e partícipe. Autor é todo aquele que de alguma forma coopera para a produção do resultado.
- e) a Teoria Extensiva estabelece clara distinção entre autor e partícipe; autor realiza o núcleo do tipo, partícipe concorre.

35. Sobre o crime de aborto, assinale a assertiva correta.

- a) O aborto provocado é considerado crime pelo direito brasileiro, não existindo hipóteses de exclusão da ilicitude.
- b) por força de interpretação jurisprudencial, realizar aborto de feto anencéfalo não é crime.
- c) O aborto provocado será permitido quando for praticado para salvar a vida da gestante ou quando se tratar de gravidez decorrente de estupro.
- d) não se caracteriza o crime de aborto provocado por terceiro aquele praticado pelo médico, se a gravidez resulta de estupro, ainda que sem o consentimento da gestante capaz.
- e) provocar aborto, sem o consentimento da gestante são duplicadas, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave.

36. Dentre as assertivas abaixo, assinale a que corretamente indica uma das missões do direito penal.

- a) conservar a ordem política por meio da seletividade nas incriminações.
- b) servir como ferramenta de garantias para o delituoso.
- c) aplicar a pena com a finalidade única de retribuir ao criminoso o mal causado.
- d) aferir a vingança privada nas ocasiões previstas em lei, como, na legítima defesa.
- e) abrandar o clamor popular por meio de aparelhos simbólicos de punição.

37. . No caminho de sua residência até a repartição onde labora, um funcionário público, no interior de um ônibus coletivo, prevalece-se da desatenção de uma pessoa e subtrai-lhe a carteira onde contém certo tipo de quantia em dinheiro. O funcionário público responde pelo crime de:

- a) roubo.
- b) apropriação indébita.
- c) furto.
- d) peculato.
- e) estelionato.

38. Quanto ao crime de homicídio, é circunstância qualificadora do crime:

- a) o abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão.
- b) ser contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.
- c) o estado de embriaguez preordenada.
- d) ser contra mulher por razões da condição de sexo feminino.
- e) a reincidência.

39. A respeito do crime de furto, pode-se afirmar que:

- a) pratica o crime de estelionato o consumidor que, mediante ligação direta, desvia a energia elétrica provida pela concessionária antes que ela passe pelo registro (medidor) de sua residência.
- b) a energia elétrica, assim como qualquer outra coisa corpórea ou incorpórea que tenha valoração econômica pode ser objeto de furto.
- c) pratica o delito de furto mediante fraude (artigo 155 §4º, II CP), aquele que adulterar o medidor de consumo de energia elétrica.
- d) O furto de energia elétrica é atípico por não incidir em coisa móvel.
- e) no crime de furto de energia elétrica o pagamento do débito depois do recebimento da denúncia não configura causa extintiva de punibilidade, mas causa de redução de pena relativa ao arrependimento posterior.

40. Analise as assertivas abaixo e assinale a correta:

I – De acordo Com o STF, se o agente inicia a execução do crime permanente sob a vigência de uma lei e a consumação só ocorre quando já em vigor nova lei, mais rigorosa, esta deverá ser aplicada, ainda que prejudicial ao agente.

II – Retroatividade é a aplicação de uma lei penal benéfica, já revogada, a um fato ocorrido durante o período da sua vigência.

III – A lei temporária não possui ultratividade.

- a) está correta apenas a alternativa I.
- b) estão corretas todas as alternativas.
- c) estão corretas apenas as alternativas II e III.
- d) está correta apenas a alternativa III.
- e) estão erradas todas as alternativas.

41. De acordo com a teoria geral do crime, assinale a alternativa correta.

- a) O dolo, na escola clássica, deixou de ser elemento integrante da culpabilidade, movendo-se para a conduta, vez que ação e intenção são indissociáveis.
- b) para a teoria tripartida do delito, a culpabilidade como pressuposto da pena e não elemento do crime.
- c) para a teoria funcionalista da culpabilidade, a culpabilidade é limitada pela finalidade preventiva da pena; constatada a desnecessidade da pena, o agente não será punido.
- d) para a teoria tripartida do delito consideram elementos do crime a tipicidade, a antijuricidade e a punibilidade.
- e) A tipicidade, elemento do crime, na concepção material, exaure-se na subsunção da conduta ao tipo penal.

42. A Teoria da *ratio essendi*, é caracterizada pelo (a):

- a) Ingresso do agente nos atos executórios de um crime, quando este age de acordo com sua imaginação, em atividade imediata e diretamente associada à realização do tipo.
- b) concepção da culpabilidade como uma relação psicológica entre o autor e o fato por ele praticado; dolo e culpa são espécies de culpabilidade para esta teoria.
- c) probabilidade de penalidade da punição da participação em sentido estrito quando o agente da conduta principal é um adolescente-infrator, bastando que este aja de forma típica e antijurídica.
- d) estruturação do direito penal sob o princípio da intervenção mínima, que norteará iniciativas político-criminais pelo prisma da *ultima ratio*.
- e) composição entre dois elementos do conceito analítico de crime, a tipicidade e a antijuricidade, sendo aquela reconhecida como a razão de ser desta; assim, o crime é composto pelo fato antijurídico e pela culpabilidade.

43. No que diz respeito à exigibilidade de conduta diversa e hipóteses de sua exclusão, analise as assertivas abaixo a assinale a correta:

- a) coação moral resistível é causa supralegal de inexigibilidade de conduta diversa.
- b) exclusão da culpabilidade pela obediência hierárquica exige ordem não manifestamente ilegal.
- c) exigibilidade de conduta diversa é substrato da culpabilidade criado pelas teorias funcionalistas.
- d) coação irresistível física ou moral conduz à inexigibilidade de conduta diversa.
- e) embriaguez proveniente de caso fortuito é caso de inexigibilidade de conduta diversa.

44. De acordo com o entendimento do STJ, é aplicável o princípio da insignificância na hipótese de crime:

- a) de descaminho, desde que o benefício econômico do crime seja inferior a quinze mil reais.
- b) contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- c) de descaminho, desde que o benefício econômico do crime seja inferior ao limite de vinte mil reais.
- d) de peculato.
- e) roubo.

45. Consoante ao crime de roubo e a posição dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- a) no latrocínio, o resultado morte que qualifica o roubo deve ser necessariamente resultante de dolo do agente.
- b) A dívida de corrida táxi não pode ser considerada coisa alheia móvel para fins de configuração da tipicidade dos delitos patrimoniais.
- c) os crimes de roubo, extorsão e extorsão mediante sequestro, previstos no Código Penal, são considerados hediondos, somente se ocorrer o resultado morte.
- d) A dívida de corrida táxi pode ser considerada coisa alheia móvel para fins de configuração da tipicidade dos delitos patrimoniais.
- e) o roubo poderá ser qualificado pela morte, se a violência não for intencional e o resultado for culposos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

46. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial sempre que achar necessário.
- b) O inquérito policial, por ser indispensável à persecução penal, acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- c) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- d) Concluída a investigação, a autoridade policial elaborará minucioso relatório do que tiver sido apurado, inclusive constando seu juízo de valor acerca dos fatos, e enviará autos ao juiz competente.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

47. Conforme as disposições processuais penais vigentes no Brasil, julgue os itens abaixo.

1. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial;
2. O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem;
3. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal;
4. A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente os itens 1, 2 e 3 estão corretos.
- b) Somente os itens 2, 3 e 4 estão corretos.
- c) Somente os itens 1, 3 e 4 estão corretos.
- d) Somente os itens 2 e 3 estão corretos.
- e) Somente os itens 3 e 4 estão corretos.

48. Acerca do tema provas no processo penal, assinale a assertiva correta:

- a) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva, por exemplo, violência contra criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência.
- b) As provas ilícitas são inadmissíveis e, portanto, não podem servir de parâmetro ao convencimento do magistrado, bastando que sejam anuladas no processo penal;
- c) São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo somente quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente.
- d) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora e, quando não for possível, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- e) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, não sendo facultado ao juiz, em nenhuma hipótese, de ofício, promover a iniciativa probatória.

49. São critérios de determinação da competência jurisdicional, exceto:

- a) a distribuição;
- b) a natureza da infração;
- c) litispendência;
- d) a conexão ou continência;
- e) a prevenção;

50. Sobre o tema Inquérito Policial, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- b) Acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- c) O despacho que indeferir o requerimento de abertura do Inquérito Policial não comporta nenhum recurso.
- d) É um procedimento solene, haja vista exigir formalidades na sua elaboração.
- e) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

51. A sentença conterà:

- I) a exposição sucinta apenas da acusação;
- II) os nomes das partes ou, quando não possível, as indicações necessárias para identificá-las;
- III) a data e a assinatura do juiz;

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente I e II.
- b) Somente II e III.
- c) Somente III.
- d) Somente I.
- e) Todos estão corretos.

52. Acerca do Direito Processual Penal, julgue os itens a seguir.

I) A acareação será admitida apenas entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.

II) A fotografia do documento, mesmo que devidamente autenticada, não alcançará o mesmo valor do original.

III) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

IV) A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato acobertado por alguma das excludentes de ilicitude.

Assinale a sequência correta:

- a) V, V, F, F.
- b) F, F, F, V.
- c) V, F, V, F.
- d) F, F, V, V.
- e) V, V, V, F.

53. Acerca do tema Inquérito Policial, julgue os itens abaixo.

1. Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial poderá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

2. De acordo com os prazos previstos no Código de Processo Penal, caso o indiciado esteja preso, em flagrante, preventiva ou temporária, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo de 10 dias, mas se o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo de 30 dias.

3. Incumbirá à autoridade policial representar pela prisão preventiva durante a fase de investigação policial.

Está(ão) correta(s) apenas:

- a) 1, 2 e 3.
- b) 1 e 3.
- c) 2 e 3.
- d) 1
- e) 3

54. De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) A confissão será indivisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- b) O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.
- c) O depoimento será prestado oralmente, sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.
- d) Se o interrogado não souber escrever, não puder ou não quiser assinar, tal fato não precisará ser consignado no termo.
- e) A regra no processo penal é a realização do interrogatório do réu preso na sede do juízo em sala própria de audiência.

55. Assinale a alternativa mais adequada às disposições normativas referentes ao processo penal brasileiro:

- a) O instituto da audiência de custódia no Brasil ainda não encontra amparo legal, restando sua regulamentação exclusiva em atos normativos do Conselho Nacional de Justiça e Tribunais Regionais;
- b) Se a infração for inafiançável, a falta de exibição do mandado não obstará a prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado, para a realização de audiência de custódia;
- c) A execução da pena pode se deflagrar a partir da confirmação da condenação por deliberação de órgão colegiado de 2º grau de jurisdição;
- d) O juiz não pode decretar nem revogar de ofício medidas cautelares diversas da prisão;
- e) A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar apenas na hipótese de que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa.

56. Acerca do inquérito policial, assinale a assertiva correta.

- a) O delegado de polícia não poderá instaurar inquérito policial exclusivamente com base em notícias anônimas, devendo tomar providências preliminares para certificar a procedência da informação.
- b) O inquérito policial nos crimes contra a economia popular deverá ser encerrado no prazo de dez dias caso o indiciado esteja preso e em quinze dias caso o indiciado esteja solto.
- c) O relatório é a peça de encerramento do inquérito policial, podendo o delegado de polícia realizar juízo de valor sobre os fatos.
- d) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, pode a ação penal ser iniciada mesmo que sem novas provas.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

57. Acerca do tema Provas e Competência, assinale a assertiva correta.

- a) O silêncio do acusado não importará em confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.
- b) O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local correspondente ao domicílio da vítima.
- c) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.
- d) O Juízo Federal competente para processar e julgar acusado de crime de uso de passaporte falso é o do lugar onde o delito se iniciou.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

58. Acerca das disposições normativas referentes ao processo penal brasileiro, assinale a alternativa incorreta.

a) Se várias forem as pessoas chamadas a efetuar o reconhecimento de pessoa ou de objeto, cada uma fará a prova em separado, evitando-se qualquer comunicação entre elas.

b) A prisão em virtude de mandado entender-se-á feita desde que o executor, fazendo-se conhecer do réu, lhe apresente o mandado e o intime a acompanhá-lo.

c) A *notitia criminis* indireta ou de cognição mediata ocorre quando a autoridade policial toma conhecimento do fato criminoso por intermédio de uma terceira pessoa que comunica a sua ocorrência.

d) Acerca do processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, pode-se afirmar que nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.

e) Carla foi vítima de calúnia praticada por Norma e Judite. Bastante chateada com o ocorrido, Carla, no mesmo dia em que sofreu a calúnia, foi atrás das providências necessárias para que fosse proposta a ação penal cabível ao caso, porém o fez apenas contra Norma, pois Judite era melhor amiga de sua irmã. Na situação narrada acima, ocorreu retratação.

59. Sobre o tema Prisões, assinale a alternativa correta.

a) A prisão preventiva pode ser decretada ainda que o autor tenha agido em situação concreta correspondente às excludentes de ilicitude.

b) Na falta ou impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal, exceto em se tratando do próprio investigador de Polícia em face de quem dispensa-se o referido compromisso.

c) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

d) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização do diretor do presídio.

e) Caberá prisão temporária somente nos casos em que for imprescindível para as investigações do inquérito policial.

60. De acordo com o Código de Processo Penal, a autoridade que ordenar a prisão fará expedir o respectivo mandado. O mandado de prisão:

a) será lavrado e assinado pela autoridade.

b) designará a pessoa, que tiver de ser presa, por seu nome ou sinais característicos, mas não pode fazer menção a alcunha.

c) mencionará a infração penal e o resumo dos fatos que motivaram a prisão.

d) declarará o valor da fiança arbitrada, quando afiançável a infração.

e) nenhuma das alternativas acima.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

61. Uma das mais relevantes medidas despenalizadoras é a suspensão condicional do processo. A respeito do tema, indique a alternativa correta:

a) tem seu cabimento vinculado à competência material do Juizado Especial Criminal.

b) não pode ser negada se o réu estiver sendo processado por outro crime cuja pena mínima seja, igualmente, igual ou inferior a 1 ano.

c) é permitida nos crimes submetidos à Lei Maria da Penha, por interpretação extensiva dada pelo Superior Tribunal de Justiça.

d) é aplicável em caso de concurso material de crimes se as penas mínimas individualmente consideradas não ultrapassarem o total de um ano.

e) é cabível se na sentença houver desclassificação do crime para outro que se amolde aos requisitos do art. 89, da Lei nº 9.099/1995.

62. Em face do descumprimento de transação penal homologada judicialmente com pena de multa, o Ministério Público oferece denúncia contra o autor da infração penal perante o Juízo comum. Sobre a atuação do Ministério Público após o descumprimento da transação penal, aponte a alternativa correta:

- a) Falta justa causa para o exercício da ação penal, pois o Ministério Público, ao fazer a proposta de transação penal, dispôs da persecução penal em razão das condições pessoais do autor da infração e do menor potencial ofensivo da infração cometida.
- b) A homologação da transação penal faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, ao Ministério Público cabe executar a pena de multa.
- c) A homologação da transação penal não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia.
- d) A homologação da transação penal tornou a denúncia manifestamente inepta, faltando justa causa para o Ministério Público dar continuidade à persecução penal mediante oferecimento de denúncia.
- e) Falta justa causa para o exercício da ação penal em face da extinção da punibilidade do autor da infração penal.

63. Valendo-se das regras processuais penais da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), aponte a alternativa CORRETA:

- a) a prática de contravenção penal, ainda que no âmbito de violência doméstica, não é motivo idôneo para justificar a prisão preventiva do réu.
- b) nos casos de lesão corporal culposa praticada contra mulher em âmbito doméstico, a ação penal será pública condicionada.
- c) segundo reiteradas decisões do Superior Tribunal de Justiça, a suspensão condicional do processo e a transação penal se aplicam às contravenções penais praticadas no âmbito da Lei Maria da Penha.
- d) nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do oferecimento da denúncia.

e) a ofendida deverá estar acompanhada de advogado ou defensor público para requerer a concessão de medidas protetivas.

64. A colaboração premiada, prevista na Lei nº 12.850/13,

- a) autoriza que o juiz receba a denúncia apenas com base nas declarações do agente colaborador.
- b) prevê que, para fazer jus aos benefícios da lei, seja indispensável que o colaborador tenha revelado a estrutura hierárquica e a divisão de tarefas da organização criminosa.
- c) é prova, na acepção jurídica do termo.
- d) prevê limitação voluntária ao direito ao silêncio.
- e) prevê a participação judicial nas negociações em busca da formalização do acordo de colaboração premiada.

65. Assinale a alternativa incorreta sobre as disposições normativas da Lei nº 9.296/96 (Interceptação telefônica e captação ambiental)

- a) A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.
- b) a lei das interceptação das comunicações telefônicas permite a interceptação das comunicações telemáticas.
- c) para os procedimentos de interceptação de que trata esta Lei, a autoridade policial poderá requisitar serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público.
- d) A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.
- e) a interceptação das comunicações telefônicas pode ser originalmente decretada para a investigação de atos de improbidade administrativa.

66. Sobre a nova lei de abuso de autoridade e o texto final da Lei 13.869/2019, pode-se afirmar que:

- a) é fruto de vetos pela Presidência da República e rejeições de veto pelo Congresso Nacional.
- b) pode punir a título de dolo direto, sendo dispensável qualquer finalidade específica.
- c) a divergência no momento de aplicação da lei não pode servir de escudo contra atos de abuso de autoridade.
- d) a ação penal privada, nos crimes da nova lei, de condicionadas à requisição dos respectivos chefes de repartição, locais em que os agentes investigados estão lotados e exercem as suas funções.
- e) Não existem infrações penais de menor potencial ofensivo expressas na novatio legis por força da relevância da tutela penal específica.

67. O chamado pacote anticrime (Lei 13.964/2019) modificou quase integralmente os requisitos objetivos para documentar o requerimento de progressão de regime. Alterou-se o sistema de frações por porcentagens. A respeito dos novos patamares para fins de progressão de regime, aponte a porcentagem correta para a situação correspondente:

- a) 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.
- b) 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for reincidente.
- c) 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte.
- d) 16% (dezesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.
- e) 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática do crime de furto qualificado pelo concurso de agentes.

68. O Paraná foi o primeiro Estado da Federação a regulamentar a Remição pela Leitura no âmbito dos Estabelecimentos Prisionais, instituído pela Lei Estadual n.º 17.329/12, como meio de viabilizar a remição da pena por estudo, prevista na Lei Federal n.º 12.433 de 29 de junho de 2011. A respeito da remição da pena pelo estudo, indique a alternativa incorreta:

- a) A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa.
- b) O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena.
- c) O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena.
- d) Pela ausência de previsão legal, não se compatibiliza o trabalho e o estudo no mesmo dia, ou seria possível remir 2/3 da pena a cada 3 dias trabalhando e estudando.
- e) O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.

69. A possibilidade de o funcionário público, acusado do crime de tráfico de entorpecente, ser afastado de suas atividades antes de eventual condenação, é prevista na Lei n.º 11.343/06 como

- a) interdição temporária de direito.
- b) suspensão temporária de direito.
- c) pena restritiva de direitos.
- d) pena acessória.
- e) medida cautelar.

70. Acerca dos crimes previstos em leis penais especiais, assinale a opção INCORRETA

a) Nos termos da Lei nº 12.850/13, o delegado de polícia terá acesso, independentemente de autorização judicial, aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.

b) O crime de tortura não admite a modalidade preterdolosa se resultar na morte do torturado, devendo o agente ser submetido a julgamento pelo rito especial do júri.

c) A violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340/06, não se restringe ao tipo penal previsto no §9º, do art.129 do Código Penal.

d) A Lei nº 9.296/96 que trata das interceptações de comunicações telefônicas não se restringe à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática no curso da investigação criminal e em instrução processual penal.

e) A lei nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso – amplia o conceito de infração de menor potencial ofensivo ao permitir a aplicação do procedimento previsto na Lei nº 9.099/95 aos crimes nela previstos cuja pena privativa de liberdade máxima não ultrapasse quatro anos.

71. Assinale a alternativa que indica corretamente crimes que, de acordo com o texto constitucional, a lei considerará inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, omitirem-se.

a) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os definidos como crimes hediondos e o assédio sexual.

b) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os definidos como crimes hediondos e o racismo.

c) A prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e o tráfico de pessoas.

d) A prática da tortura, a posse e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo.

e) A prática da tortura, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos e o assédio sexual.

72. Com base na lei de identificação criminal - Lei nº.12.037/2009, assinale a alternativa CORRETA:

a) Tratando-se de crimes hediondos será possível mencionar a identificação criminal do indiciado em atestados de antecedentes ou em informações não destinadas ao juízo criminal, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

b) A identificação civil não será atestada pela carteira de trabalho.

c) A exclusão dos perfis genéticos dos bancos de dados ocorrerá somente em casos de absolvição ou arquivamento das investigações.

d) Mesmo apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações.

e) Os traços somáticos ou comportamentais das pessoas poderão constar no perfil genético conforme a lei.

73. A respeito dos crimes de genocídio aponte a alternativa correta:

a) O ato genocida importa na eliminação da vida humana.

b) A prisão temporária poderá ser decretada pelo prazo máximo de 05 dias prorrogáveis por mais 05 dias.

c) Mesmo estando fora do Código Penal é classificado como crime hediondo.

d) A depender da pluralidade de vítimas admite-se o cumprimento de pena privativa de liberdade por prazo superior a 40 anos pelo mesmo ato genocida.

e) Todas as condutas típicas desta lei serão de competência do tribunal do júri.

74. Acerca do que dispõe o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03),

a) Quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo será punido com pena de detenção de 06 meses a 01 ano ou multa.

b) Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal.

c) negar o acolhimento ou a permanência do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento é mera infração administrativa.

d) não é crime lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal, tratando-se de irregularidade cartorária.

e) Os crimes previstos no estatuto do idoso admitem as medidas despenalizadoras da lei 9.099/95 cuja as penas não ultrapassem 04 anos.

75. Além do crime de lavagem de capitais, a Lei 9.613/96 também traz conteúdo processual. A respeito das disposições processuais indicadas, assinale a alternativa CORRETA:

a) a ordem de prisão poderá ser suspensas pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata comprometer a busca por elementos informativos de prova.

b) o juiz, ouvido o Ministério Público, nomeará exclusivamente pessoa física para administrar os bens sujeitos a medidas assecuratórias.

c) o acusado citado por edital que não comparecer nem constituir advogado terá seu processo suspenso, junto com o prazo prescricional.

d) a prescrição do crime antecedente interfere diretamente na constituição típica do delito de lavagem de capitais, pelo desistesse demonstrado pelo Estado na cadeia causal dos fatos.

e) a decisão sobre a unidade de processo e julgamento dos processos envolvendo a infração penal antecedente e o delito de lavagem de capitais caberá ao Ministério Público, titular das ações penais.

CRIMINOLOGIA

Flavio Milhomem

76. Sobre as características da Criminologia enquanto ciência, assinale a alternativa correta

a) A Criminologia se vale do método lógico-dedutivo, na medida em que parte dos princípios gerais do direito para só então aplicar conclusões de forma generalizada em casos concretos.

b) Os objetos de estudo da Criminologia atual são a vítima, o controle social, a pena e o crime.

c) Uma das características que mais se destaca na moderna Criminologia é a progressiva ampliação e problematização do seu objeto.

d) Para a Criminologia moderna, o crime é um problema puramente filosófico.

e) A criminologia caracteriza-se por ser uma ciência normativa e unidisciplinar.

77. Assinale a alternativa correta sobre os modelos de reação do delito, levando em consideração o sistema de justiça criminal brasileiro e o papel da polícia judiciária.

a) Os protagonistas do modelo restaurador de reação do delito são o Estado e o delinquente, restando excluídos a vítima e a sociedade.

b) A Lei 9.099/95 foi considerada um significativo avanço no aprimoramento e implementação de medidas ligadas aos modelos ressocializador e restaurador, uma vez que prevê a possibilidade de aplicação de medidas restritivas alternativas à prisão, a fim de reduzir o encarceramento, bem como admite a conciliação e reparação do dano.

c) O modelo restaurador de reação ao delito impõe que o ponto central do sistema de justiça deve ser a reinserção do condenado a fim de que a pena tenha uma utilidade social, qual seja, recuperar o criminoso.

d) A Lei de Drogas (Lei 11.343/06) prevê a possibilidade da justiça terapêutica, que consiste na aplicação de tratamento ao usuário de drogas, visando sua recuperação, afastando o modelo de aplicação de pena privativa de liberdade. Tal medida é decorrente do modelo dissuasório de reação ao crime.

e) O modelo restaurador de reação ao delito intervém na vida e pessoa do delinquente. Praticando o delito

estará sujeito a uma punição, cuja finalidade não se limita ao castigo, indo mais longe, pois procura a reinserção social. Desta maneira, a participação da sociedade é muito importante nesse processo de forma a prevenir e afastar estigmas.

78. O controle social compreende o conjunto de instituições, estratégias e sanções (legais e/ou sociais), cuja função é promover e garantir a submissão do indivíduo aos modelos e normas sociais. Ele é composto de numerosos sistemas normativos (a ética, o Direito civil, o Direito trabalhista etc.), diversos órgãos ou agentes (a família, a igreja, os partidos políticos, os sindicatos, a Justiça etc.), variadas estratégias de atuação ou respostas (repressão, prevenção, ressocialização etc.), diferentes modalidades de consequências (positivas e negativas); e particulares destinatários (estratos sociais desfavorecidos, estratos sociais privilegiados, criminoso potencial, vítima potencial etc.). No que toca ao controle social, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I São agentes do controle social informal a família, a escola, a profissão e a opinião pública.

II Exercem o controle social formal a polícia, a justiça penal e a administração penitenciária.

III O controle social de primeira seleção é exercido pelo Ministério Público, com o ajuizamento da ação penal.

IV O controle social de terceira seleção decorre do processo judicial.

V O controle social formal de primeira seleção representa a atuação dos órgãos de repressão policial.

- a) Estão corretas todas as assertivas
- b) Está correta apenas 1 das assertivas
- c) Estão corretas 2 assertivas
- d) Estão corretas 4 assertivas
- e) Estão incorretas todas as assertivas

79. As Teorias do Consenso defendem que, as pessoas que vivem em sociedade, aceitam as normas vigentes, já que compartilham de objetivos comuns. Assinale a alternativa que contempla as espécies de teorias criminológicas de base sociológicas do consenso:

a) Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da subcultura delincente e a teoria do etiquetamento.

b) Escola de Chicago, teoria da subcultura delincente, teoria de associação diferencial, teoria da anomia, teoria crítica.

c) Teoria da associação diferencial, teoria crítica e teoria do etiquetamento.

d) Teoria da subcultura delincente, teoria da anomia, teoria de associação diferencial e Escola de Chicago.

e) Teoria crítica e teoria do etiquetamento.

80. A criminalidade eclode no colapso entre a estrutura social e a estrutura cultural, ou seja, enquanto os objetivos e as capacidades culturais determinam que as pessoas busquem os mesmos fins por meios legítimos, a conjuntura social divide desigualmente as oportunidades, impossibilitando que os cidadãos se orientem para alcançar os interesses, valores, propósitos ou fins estabelecidos aos membros da sociedade, fomentando a prática de condutas contrárias ao ordenamento jurídico. O texto acima faz referência a teoria desenvolvida em qual escola sociológica?

a) Teoria da Associação Diferencial.

b) Escola de Chicago.

c) Teorias da Anomia.

d) Teoria do Labelling Approach.

e) Teoria da Subcultura Delincente.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

81. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência:

a) se a pessoa não der notícia de vida por mais de trinta dias;

b) se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até seis meses após o término da guerra;

c) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida;

d) se a pessoa possuir mais de oitenta anos e não der notícia de vida há mais de cinco anos;

e) se a pessoa possuir mais de oitenta anos e não der notícia de vida há mais de três anos.

82. Sobre os direitos de personalidade, é correto afirmar que:

- a) são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, sem exceção;
- b) é válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita ou onerosa do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte;
- c) pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, cessando-se a proteção dos direitos de personalidade com a morte;
- d) o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória;
- e) o pseudônimo adotado goza da mesma proteção que se dá ao nome.

83. Constitui ato ilícito:

- a) a compra de um refrigerante em um supermercado realizada por uma criança de 12 anos;
- b) a reação da vítima a um assalto resultando em um dano ao veículo do assaltante;
- c) a lesão a um agressor para defender uma outra pessoa que está sendo agredida por ele;
- d) o requerimento por um Delegado dos documentos de um cidadão em uma abordagem aleatória para fins de intimidação;
- e) a publicação de matéria jornalística que, de alguma forma, ainda que noticiando fatos, macule a imagem de um político.

84. Sobre a propriedade e os direitos inerentes a ela, é correto afirmar que:

- a) a propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas, por terceiros, a uma altura ou profundidade tais, que não tenha ele interesse legítimo em impedi-las;
- b) a propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais;
- c) os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem;
- d) quem quer que ache coisa alheia perdida passa a ser seu dono ou legítimo possuidor;
- e) aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

85. Em 13/07/2019, Marcos foi vítima de acidente automobilístico em uma movimentada avenida da cidade em que reside. Não possuindo seguro particular, foi orientado por seu amigo advogado a ingressar, na condição de beneficiário, com uma ação contra o seguro que é pago conjuntamente com seu licenciamento para dirigir.

Muito relaxado, Marcos apenas dá entrada com o pedido judicial apenas em 13/08/2021. Sobre essa situação, é correto afirmar que:

- a) o direito de Marcos está prescrito, visto que no caso de ações do beneficiário contra o seguro, o prazo prescricional é de dois anos;
- b) o direito de Marcos não está prescrito, visto que o caso é de seguro de responsabilidade civil obrigatório, que prescreve apenas em três anos;
- c) o direito de Marcos está prescrito, visto que, no caso de ações do beneficiário contra o seguro, o prazo prescricional é de um ano;
- d) o direito de Marcos está prescrito, visto que, no caso de ações do beneficiário contra o seguro, o prazo prescricional é de cinco anos;

e) o direito de Marcos está prescrito, visto que, sendo caso de reparação civil, o prazo prescricional é de três anos.

DIREITO HUMANOS

Ricardo Torques

86. No âmbito dos direitos humanos, entende-se por troika:

a) a cláusula presente em alguns tratados de direitos humanos que autorizam a derrogação de algumas das normas protetivas em caso de situação excepcional e extraordinária.

b) qualquer norma presente num tratado internacional que, para sua concretização, depende da edição de ato normativo interno do Estado.

c) o grupo de três Estados que têm a incumbência de relatar o procedimento de revisão periódica universal de um outro Estado.

d) o juiz ad hoc da sua nacionalidade que pode ser indicado pelo Estado parte em processo internacional de direitos humanos a fim de assegurar a paridade, quando houver juiz da nacionalidade do Estado do outro polo processual.

e) o procedimento de bons ofícios entre os Estados partes num conflito, fase que deve preceder eventual julgamento por corte internacional.

87. Sobre o crime de tortura, a sua persecução e os direitos da vítima, de acordo com os termos da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, é correto afirmar que:

a) É viável o reconhecimento da excludente de obediência hierárquica.

b) A Convenção expressa a regra do non refoulement.

c) A lei nacional do Estado parte derroga as regras da Convenção quanto à extensão da indenização, se for mais benéfica.

d) É absolutamente vedada pela Convenção a utilização como meio de prova do depoimento prestado sob tortura.

e) A Convenção prevê como elemento de conexão para o julgamento dos crimes de tortura a nacionalidade do ofensor, mas não a do ofendido.

88. Ainda sobre a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, quanto ao procedimento de peticionamento individual ao Comitê contra a Tortura, assinale a alternativa correta:

a) Esse mecanismo é de adesão obrigatória.

b) Só se considera inadmissível uma denúncia quando, a juízo do Comitê, quando a comunicação for reputada incompatível com as disposições da Convenção.

c) O Estado interessado tem o prazo de 6 (seis) meses após a tomada de conhecimento da comunicação para apresentar ao Comitê explicações ou declarações escritas sobre a questão, podendo também indicar o recurso jurídico adotado.

d) O Comitê pode analisar comunicação de modo concorrente com outra instância internacional de investigação ou solução.

e) As reuniões de análise das comunicações podem ser confidenciais, a juízo do Comitê.

89. Ainda sobre a tortura, quando a conduta for cometida num contexto de ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil e havendo conhecimento desse ataque, o fato poderá ser julgado pelo Tribunal Penal Internacional na qualidade de:

a) crime de genocídio.

b) crime contra a humanidade.

c) crime de guerra.

d) crime de agressão.

e) crime organizado.

90. A teoria que defende a possibilidade de utilização da jurisprudência dos órgãos internacionais como fonte argumentativa para a solução de conflitos de direitos humanos é conhecida como:

a) teoria do impacto desproporcional.

b) teoria da jurisdicionalidade.

c) teoria da auto-contenção.

d) teoria da atualidade.

e) teoria da fertilização cruzada.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

91. Qual das alternativas abaixo descreve o campo de destinatário preenchido em um e-mail que não recebe as respostas caso outros endereçados clique em responder a todos.

- a) Para
- b) Com cópia oculta (Cco)
- c) Com cópia (Cc)
- d) Assunto
- e) Anexo

92. Em sua configuração padrão, o navegador de internet Google Chrome exibe ao usuário toda vez for aberto a:

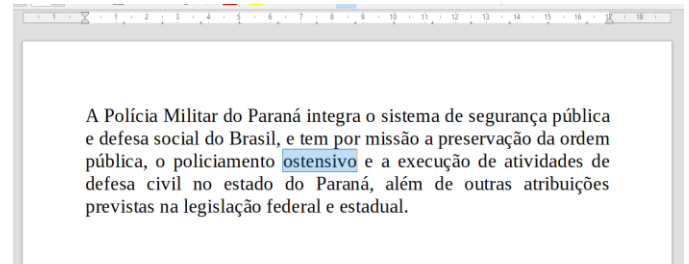
- a) página de inicialização.
- b) página inicial (Home Page).
- c) página principal.
- d) página central.
- e) página de configuração.

93. Sobre o processador de planilhas Calc, da suíte LibreOffice:

	A	B	C	D	E	F	G	H
1								
2		3000	8000	4000	1000	4000	####	
3								

Supõe que na célula selecionada exista uma função para calcular a média de todo o intervalo de B2 até F2. O resultado da célula G2 é apresentado dessa forma (####) devido:

- a) a utilização do caractere * fora de parênteses;
- b) a função média não ser possível de aplicação no intervalo indicado;
- c) o resultado só poder ser apresentado na linha abaixo, não na coluna seguinte;
- d) a função estar digitada em maiúsculo;
- e) a célula não ser larga o suficiente para retornar o resultado.



94. De acordo com a imagem anterior, retirada de um texto em produção no aplicativo Writer, da suíte LibreOffice, e considerando ainda que a palavra **ostensivo** esteja selecionada. Ao pressionar a tecla de atalho Home o apontador (cursor) do mouse será movido para o início:

- a) da tela.
- b) da linha.
- c) da página.
- d) do parágrafo.
- e) do documento.

95. Sobre os conceitos técnicos do sistema operacional Linux, é correto o descrito em qual alternativa?

- a) existe apenas um programa Shell disponível para cada distribuição Linux;
- b) o kernel é um programa responsável por controlar todos os aspectos operacionais do computador, porém não interage diretamente como hardware;
- c) a Shell é um programa que provê a interface entre o usuário e o Kernel do Sistema Operacional;
- d) os device drivers, por padrão, ficam residentes no diretório /var;
- e) a Shell não analisa a sintaxe de um comando, apenas o executa.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

96. No local do crime, os peritos arrecadaram uma impressão digital que apresentava um delta à direita. Pelo sistema de Vucetich, este desenho é classificado como:

- a) presilha interna
- b) verticilo
- c) presilha externa
- d) arco
- e) ilhota

97. Dentre as classificações dos tipos de morte, temos a denominada “morte súbita” que pode ser definida como:

- a) aquela que ocorre em pessoas de aparente boa saúde, de forma inesperada, sem causa evidente, ou com sinais de violência indefinidos ou definidos.
- b) aquela em que a extinção desarmônica das funções vitais processa-se paulatinamente, com estertores, num tempo relativamente longo; nela os livores hipostáticos formam-se mais lentamente.
- c) aquela que ocorre de forma imprevista, em segundos ou, no máximo, alguns minutos, precedida ou não de fugacíssima agonia.
- d) a deserção voluntária da própria vida; é a morte, por vontade e sem constrangimento, de si próprio.
- e) morte involuntária ou involuntária de alguém realizada por outrem.

98. Baropatas são as alterações provocadas no corpo humano em razão da permanência em ambientes com pressão muito alta, muito baixa ou com brusca variação de pressão. Assinale a alternativa incorreta quanto ao hiperbarismo:

- a) pode ocorrer em razão da descompressão rápida.
- b) nas situações em que ele acontece, os gases respirados se dissolvem em maior quantidade de sangue.
- c) em determinadas situações pode ocorrer embolia traumática pelo ar.
- d) a descompensação da energia mecânica do meio pode resultar em esmagamento do tórax.
- e) pode ser mencionada como “mal dos aviadores”.

99. Após realizado o exame de corpo de delito, os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, e responderão aos quesitos formulados. O laudo pericial deverá ser elaborado no prazo máximo de:

- a) 10 dias, improrrogáveis.
- b) 15 dias, improrrogáveis.
- c) 5 dias, improrrogáveis.
- d) 10 dias, prorrogáveis.
- e) 5 dias, prorrogáveis.

100. O estrangulamento é a asfixia mecânica por constrição do pescoço por laço tracionado por qualquer força que não seja o peso da própria vítima. São sinais externos do estrangulamento, exceto:

- a) hemorragias puntiformes nas conjuntivas.
- b) lesões na cartilagem da tireoide.
- c) projeção da língua.
- d) otorragia.
- e) espuma sanguinolenta na boca.

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Delegado-PC-PR-25-09>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>